XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Saberes do trabalho associado. A autogestão no contexto do movimento popular de 25 de Abril, em Portugal.

Lia Tiriba.

Cita:

Lia Tiriba (2009). *Saberes do trabalho associado. A autogestão no contexto do movimento popular de 25 de Abril, em Portugal. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-062/1400

ARK: https://n2t.net/ark:/13683/evbW/AEz

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

Saberes do trabalho associado

A autogestão no contexto do movimento popular de 25 de Abril, em Portugal.*

Lia Tiriba
Doutora em Ciências Políticas e Sociologia
Universidade Complutense de Madrid
(Programa Sociologia Econômica e do Trabalho).
Professora da Universidade Federal Fluminense / UFF,
Rio de Janeiro, Brasil.
liatiriba@gmail.com

O processo de trabalho constitui-se como o lócus de aquisição e produção de novos saberes, mas, sob determinadas relações sociais de produção, o trabalho pode se tornar (des)educativo. Não por um acaso, Gramsci (1982) adverte que ao criar uma gerência

* Resultado parcial da pesquisa desenvolvida em Estágio de Pós-Doutoramento na Universidade de Lisboa, sob a supervisão do Prof. Dr. Rui Canário (Convênio CAPES/GRICES - biênio 2008/2009).

científica que planeja e controla a padronização de tempos e movimentos, o taylorismo tenta separar o *homo faber* do *homo sapiens,* ou seja, tenta separar aquilo que é inseparável: pensamento e ação. Diferentemente de uma situação de trabalho assalariado, no trabalho associado são os trabalhadores, e não os patrões, que decidem como organizar a produção. Assim, em uma aproximação ao conceito de "saberes do trabalho associado", podemos dizer que são saberes produzidos nos processos de trabalho caracterizados, entre outros, pela apropriação coletiva dos meios de produção, distribuição igualitária dos frutos do trabalho e gestão coletiva das decisões quanto à utilização dos excedentes e aos rumos da produção. São tecidos no cotidiano do trabalho e resultam das experiências vividas ao longo da história da classe trabalhadora, em momentos revolucionários ou não. Derivam também de movimentos e práticas populares em que, inicialmente, a associatividade configura-se apenas como forma de driblar as contradições entre capital e trabalho (Fischer e Tiriba, 2009).

Para Thompson, a classe social é uma formação tanto cultural como econômica, pois são as experiências comuns (herdadas ou partilhadas) que criam uma identidade de interesses que se diferem (e geralmente se opõem) a de outros homens. Em grande medida, as experiências são determinadas pelas relações de produção; no entanto, "a consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais". (Thompson, 1997:10). Os trabalhadores não apenas reproduzem experiências e as introjetam em sua consciência; elas não têm um caráter apenas cumulativo, mas são fundamentalmente qualitativas, provocando

> "(...) mudanças no ser social que dão origem à *experiência* modificada; essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados". (Thompson, 1981, p. 16)

É sobre parte desse "material" histórico, carregado de experiências modificadas, que nos debruçamos. Partindo da premissa marxiana do trabalho como elemento da formação humana e considerando as dimensões educativas dos movimentos sociais, evidenciamos

alguns 'saberes do trabalho associado'. A totalidade social em foco é aquela que, mediada pelo Jornal Combate, manifestava-se nas fábricas ocupadas pelos trabalhadores no período subseqüente ao golpe militar contra o fascismo que perdurou 48 anos em Portugal.

O 25 de Abril e o projeto político-pedagógico do Combate

O golpe foi seguido de greves, manifestações, comícios, piquetes, assembléias, ocupações de fábricas, e terras, moradias e outras práticas de "justiça popular" (Mailer, 1978). No período revolucionário em curso – PREC, o poder não esteve apenas nas mãos do Movimento das Forças Armadas – MFA e dos Governos Provisórios; nas palavras de Palácio Cerezales (2003), *o poder caiu na rua.* As comissões de trabalhadores, moradores, soldados e marinheiros e outras organizações de base colocaram em cheque a propriedade privada dos meios de produção e o poder institucional tradicional.

José Pires (s/d, p. 244) enfatiza que "a maior surpresa foi verificar que os trabalhadores não eram controláveis por nenhum partido ou organização política.". Os operários 'feriam' a própria Lei de Greve (n. 392/74), dado que a regulamentação do Governo Provisório era uma espécie de 'Lei Anti-Greve'. Sobre ocupações de fábricas, o autor considera que a greve não significava abandonar definitivamente o trabalho, assim

> "A ocupação é pois uma tomada de posse dos locais de trabalho pelo próprios trabalhadores. Ao pararem o trabalho, os operários querem dizer que sem eles nada se produz; sem eles para quê as máquinas e o capital; ao ocuparem coletivamente a fábrica, querem dizer que aquilo é deles. Não é sem razão que as leis capitalistas, que defendem a propriedade privada, proíbem aos operários em greve a ocupação dos locais de trabalho (Pires, s/d, p.18).

Destacamos a mediação do *Jornal Combate* na formação dos trabalhadores que ocuparam fábricas e instauraram o regime de autogestão. Publicado entre junho/1974 e fevereiro/1978, opunha-se às tentativas de implantação de um 'capitalismo de Estado' e estimulava práticas de organização autônoma da classe trabalhadora. Sob o slogan *a libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores,* vislumbrava a generalização da autogestão econômica no conjunto da sociedade. Seus redatores seriam "a caneta das

massas trabalhadoras e das suas vanguardas em luta" (n.1, de 21/06/1975); a idéia de que "só é jornal dos trabalhadores aquele onde os trabalhadores livremente escrevem" (n.5, de 27/07/1974) materializava-se na publicação dos comunicados dos trabalhadores à população, entrevistas e mesas redondas.

Lúcia Bruno (1983, p. vii) nos permite o acesso aos fundamentos políticos desse periódico, considerado "porta-voz da experiência autonomista dos trabalhadores portugueses, onde personagens e acontecimentos empurram-se literalmente uns aos outros para fora das páginas; onde imagens e falas se sobrepõem na desordem revolucionária". Numa perspectiva libertária, o jornal veiculava ser um equívoco confiar os destinos da revolução ao MFA, ao Governo Provisório, aos partidos políticos e sindicatos. Dado que todo Estado é o Estado de uma classe, as políticas de governo eram estratégias de canalização das lutas populares para o projeto de reconstrução da economia nacional. Reivindicações de caráter econômico, como melhoria das condições de vida e de trabalho, não colocariam em cheque o modo de produção capitalista. Em síntese, seu projeto político-pedagógico de formação de trabalhadores poderia ser considerado calcado nos fundamentos do anarquismo: a edificação do comunismo libertário passaria pela eliminação de todas as formas de governo, de qualquer tipo de coerção e hierarquia entre os indivíduos. A autoridade e qualquer possibilidade de dominação, sejam elas advindas do capitalismo ou do estadismo, são perniciosas ao pleno desenvolvimento do ser humano.

Olhando 'olho no olho': os saberes do trabalho associado.

Vejamos um trecho do diálogo publicado no Combate (n.8, de 11/11/1974), no qual as trabalhadoras das indústrias têxteis SOGANTAL e CHARMINHA trocavam saberes sobre o processo de trabalho autogestionário que recém experimentavam:

S- Há uma coisa que nós não percebemos bem. Vocês têm duas comissões. Uma comissão de pessoal e uma comissão administrativa. O que é a comissão administrativa? Ela foi eleita por vocês?

CH – São os de lá de cima. Foi eleita por nós.

S – Mas vocês dizem que elas não se interessam pela luta. Quais são os salários delas?

CH – Entre os seis e os oito contos.

S – E quem é que paga os salários delas?

CH – Somos nós.

S – E vocês ainda querem isso? Vocês não vêem que elas vos estão a explorar a vocês? Elas estão a ganhar sete contos e vocês estão a ganhar muito menos do que elas. Aquilo que elas estão a ganhar devia ser distribuído por vocês, já viram bem?

CH – Elas só sabem vir cá abaixo para mandar na gente.

S – E porque é que elas vos fazem isso?

CH – Porque são patroas e nós somos escravas.

S – Mas são as patroas porquê? Porque vocês consentem que haja patroas cá na fábrica!

As trabalhadoras da SOGANTAL parecem ser 'mais experientes' que as da CHARMINHA, ou pelo menos mais 'combativas'. As primeiras descobriram que no processo autogestionário não cabe a distinção entre concepção e execução, tampouco o controle do trabalho alheio; os frutos do trabalho devem ser distribuídos igualitariamente. Em entrevista concedida ao Combate, afirmava-se que *"como em todas as fábricas há dois partidos, o das encarregadas e o das operárias"*, o que significa reconhecer que a divisão do trabalho não se resume a uma questão técnica. Não por causalidade, a tal encarregada e o gerente (que são portugueses), "*à frente das operárias, só falavam em francês.* Também para as operárias da CHARMINHA parece claro que, sob a lógica do capital, aqueles que ocupam cargos administrativos constituem-se como intermediários entre capital e trabalho. A definição dos cargos de mando tem como critério a capacidade de controle do trabalho alheio, tanto que a encarregada *"era uma miúda de 19 anos que não percebia de costura, nem percebia de confecção"* (Combate, n.1, de 21/06/ 1974). Como em dois anos havia sugerido a demissão de cerca de duzentas pessoas, as operárias reivindicavam, por questões político-ideológicas, o seu 'saneamento'

Parece existir certa arrogância por parte das operárias da SOGANTAL. Em outro trecho, dirigindo-se às operárias da CHARMINHA, afirmam: *"Vocês reconhecem que estão a se exploradas por elas, mas estão sem fazer nada. E continuam limitadas ao que elas querem. Se elas chegarem aqui e vos mandar trabalhar, vocês trabalham, não?".* Charlot (2000) denomina 'relações de saber' as relações em que a hierarquia de saberes é legitimada pela posição que cada um ocupa no processo educativo/produtivo. Mas, se todas pertencem à classe trabalhadora, o

que as distinguiria? Todas pertencem ao gênero feminino e sofrem as conseqüências de 'ser mulher' numa sociedade patriarcal; sofrem com a entrada precoce no mundo do trabalho e exclusão dos bancos escolares. Embora os processos autogestionários derivem de lutas para garantir postos de trabalho e conquistar de melhores condições de trabalho, tratam-se de experiências singulares, marcadas pelas experiências de vida das mulheres-trabalhadoras.

As operárias da SOGANTAL tinham entre 14 e 24 anos de idade, o que não significa dizer que tinham pouca experiência como trabalhadoras assalariadas. O vigor da juventude certamente lhes favoreceram 'jogo de cintura' para resistir às dificuldades e inventar um processo ao avesso da lógica do capital. Ousavam *" pensar mudar o tipo de confecção, pois os fatos de treino em Portugal não têm muita saída";* ousavam tomar conta da contabilidade: *"algumas de nós tem curso comercial completo ou quase e há outras pessoas que estão dispostas a ajudar-nos".* (Combate, n. 1, de 21/06/1974).

As mulheres da CHARMINHA, com a média de idade mais alta, algumas com 60 anos, 'não faziam por menos': paralisaram o trabalho e exigiram o 'saneamento' de uma chefe de linha. Ao mesmo tempo, solidarizaram-se com outro chefe de linha, ameaçado de demissão. Até novembro de 1973, a produção não ultrapassava 800 peças mensais, com seiscentas horas extraordinárias de trabalho. Com o novo chefe, ameaçado de ser demitido pelos patrões, a fábrica passou a produzir 5.700 peças, sem qualquer horas extras. Foi em defesa desse trabalhador, deixado de ser considerado 'chefe', que elas *" opôem-se aos seu despedimento e perante à ameaça da fábrica ser fechada, ocupam as instalações no dia 24 de maio."* (Comunicado aos Trabahadores, 29/07/1974). Mais além de uma solidariedade entre os trabalhadores em defesa de seus postos de trabalho, iniciava-se a construção da solidariedade de classe.

As trabalhadoras da CHARMINHA carregavam os saberes da 'escola da vida', além daqueles adquiridos e produzidos em situações de trabalho assalariado. Sob regime de autogestão, a possibilidade de se tornarem 'senhoras' do processo de trabalho evidencia-se no diálogo entre uma operária e um jornalista (C), na mesa redonda publicada pelo Combate (n.7, de 27/09/1974):.

C – Portanto, agora não existe ninguém que propriamente esteja como chefe.

CH – Agora há duas pessoas, ou seja três, mas uma está doente, que orientam o trabalho...

C – Portanto, para trabalhar os chefes não são precisos para nada.

CH – Ah, pois, não precisamos de chefes, não senhor.

A luta das mulheres da CHARMINHA como da SOGANTAL nos ensinam que, como processo educativo, o desafio dos processos produtivos é que cada operário possa se tornar 'governante' e controlar aqueles que transitoriamente governam (Gramsci ,1982). Trata-se, portanto, de construir a horizontalidade entre 'governados' e 'governantes'. Mais um trecho da mesa redonda entre as operárias das duas indústrias têxteis, publicada pelo Combate (nº 8, 11/10 a 24/10 de 1974), permite-nos tirar 'lições' sobre a importancia do não isolamento das luta da classe trabalhadora:

CH – Vocês têm é muita malta a apoiar [a luta de vocês].

S - Muita mesmo. É comunistas, é socialistas, MRPP, tudo.

CH – Nós temos tudo contra nós. Aqui na Pontinha é tudo assim. Criticam as mulheres casadas, que se tivessem vergonha iam para casa e tudo coisas assim.

S - Vocês fizeram comunicados?

CH – No jornal e tal.

S - Então e os partidos?

CH – Nenhum partido ainda nos procurou.

S - Nem nunca foram a comícios falar?

CH – Não. Há aqui também uma coisa que é contra nós. É que a maioria é casada e tem marido e filhos. Quando há comícios ou qualquer coisa só vão duas ou três, ninguém pode ir.

S – Não vão porque não se dispõem a ir.

S – Se dissessem: vamos aqui ou vamos ali, iam mesmo.

S – Na Sogantal, quando vai, vai tudo!

S – Nós quando há manifestações, fazemos cartazes, não só para nós como para outras fábricas.

A crítica demonstra claramente a dificuldade das jovens da SOGANTAL em entender as condições objetivas e subjetivas de vida das operárias da CHARMINHA. No entanto, foi significativa a capacidade das trabalhadoras da SOGANTAL de divulgar suas lutas, tornarem-se manchete de jornal, contar com o apoio de outras comissões de trabalhadores e moradores, partidos, sindicatos e da população onde estava situada a fábrica. Contrariando a perspectiva política do Combate, apelaram e obtiveram a intervenção do Movimento das Forças Armadas (MFA) para impedir que os empresários, de forma violenta, retomassem o maquinário da fábrica. Fernanda Abreu, então delegada sindical da SOGANTAL e posteriormente diretora do Sindicato dos Têxteis analisa: *nós cometemos muitos erros, como era natural, porque éramos inexperientes e a única coisa que sabíamos era trabalhar (....) a idade da irreverência ajudou muito"* (In Brinca e Baía, 2001, p.93). Sendo a luta a 'escola dos trabalhadores', os comunicados da SOGANTAL finalizavam com palavras de ordem que se alternanvam entre *" A nossa luta contra a exploração capitalista continua; "Pela revolução socialista", "Pelo poder para mãos dos trabalhadores"* e "A *luta da classe trabalhadora dever ser obra de todos os trabalhadores".*

Quanto à CHARMINHA, ao contrário da orientação do Jornal Combate, as operárias reclamavam a ausência dos partidos políticos no apoio às suas lutas. A idade avançada pressupunha um leque mais amplo de saberes do trabalho, enquanto anunciava uma série de valores e situações familiares que poderiam limitar a luta. Isso não impedia a compreensão dos significados do processo revolucionário em curso; não por acaso, suas palavras de ordem eram *Contra as intimidações imperialisatas do desemprego* e *Contra a exploração capitalista.*

Projeto político-educativo e projeto societário

Durante o PREC, os movimentos populares buscavam administrar a vida no campo e na cidade, reconstruindo o sentido para as relações sociais. Quanto à autogestão operária, os processos educativos se manifestavam, de um lado, pelo esforço dos trabalhadores para mobilizar os saberes necessários para gerir as unidades produtivas e, por outro, pelo aprendizado de relações econômico-sociais mais amplas, proporcionadas pelo

processo revolucionário em curso. Assim, é preciso considerar as dimensões educativas do conjunto dos movimentos sociais e redimensionar o conceito de 'saberes do trabalho associado', incluindo nele o conjunto de saberes mobilizados no *trabalho de produzir a vida associativamente*.

Os saberes do trabalho e sobre a vida em sociedade são mediados pelos saberes de diversos protagonistas dos movimentos populares. São saberes que se tecem no cotidiano de luta política e ao, mesmo tempo, de sobrevivência; são saberes técnico-políticos que ora se confrontam, ora se complementam. Como construção histórico-social, os saberes se constroem na coletividade (portanto, não podem ser propriedade privada de um grupo ou classe social).

Entendemos que toda educação é educação política e, como dizia Gramsci (1979, p.37), "toda relação de 'hegemonia' é necessariamente uma relação pedagógica", o que requer um conjunto de princípios e métodos de socialização e produção de saberes e de práticas sociais que corroborem para a criação de uma determinada concepção de vida e de mundo. Os processos educativos (formais ou não) pressupõem um projeto político-pedagógico que, implícita ou explicitamente, carrega fundamentos econômico-filosóficos, sociológicos e políticos sobre os modos como grupos e classes sociais relacionam-se no processo de produção da vida. Projeto societário e projeto educativo caminham de mãos dadas e, evidentemente, o jornalismo constitui-se como mediação na formação de trabalhadores.

Para Gramsci, os jornalistas e todos aqueles que exercem a 'função de intelectuais' devem adquirir a capacidade de, habilmente, combinar indução e dedução, perceber que *"o mesmo raio luminoso, passando por prismas diversos, dá refrações de luz diversas: se se pretende obter a mesma refração, é necessária toda uma retificação nos prismas singulares*" (Gramsci, 1982, p.174). Nesse horizonte, de que maneira o 'raio luminoso' do Combate refletia na formação de trabalhadores que, cotidianamente pensavam e faziam os processos de trabalho autogestionários? Nesse 'jogo de prismas', quais as artimanhas do projeto político-pedagógico utilizadas para convencer os trabalhadores sobre os rumos que deveria tomar o processo revolucionário em curso?

Estas devem ser questões para um próximo artigo.

Referências bibliográficas:

- BRUNO, Lúcia. *O 'Combate' pela autonomia operária***.** São Paulo. Dissertação de mestrado, Ciências Sociais; PUC, 1983.
- CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber*: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- FISCHER, Maria Clara Bueno e TIRIBA, Lia. Saberes do trabalho associado. In CATTANI, Antonio D., LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio e HESPANHA, Pedro**.** *Dicionário Internacional da Outra Economia* (ISBN 978-972-40-3722). Coimbra: Editora Almedina, 2009, p. 293-298.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____. *Democracia operária, partidos, sindicatos e conselhos*. Coimbra: Centelha, 1976.
- MAILER, Phil. *Portugal: a revolução impossível?* Porto: Afrontamento, 1978.
- PALÁCIOS CEREZALES. *O poder caiu na rua.* Crise do Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa. 1974 -1975. Lisob: ICS, 2003.
- PIRES, José. *Greves e o 25 de Abril*. Lisboa: Base FUT, s/d.
- THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa.* A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____*A miséria da teoria*. Rio: Zahar, 1981.